



Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 9 DE 1º DE AGOSTO DE 2017.

Atualiza o Manual de Padronização de Textos do STJ.

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n.13.792/2016,

RESOLVE:

Art. 1º A lista de símbolos usuais do Manual de Padronização de Textos do STJ, aprovado pela [Instrução Normativa STJ/GP n. 10 de 29 de junho de 2016](#), fica atualizada na forma do Anexo I desta instrução normativa.

Art. 2º A disposição do ato normativo acordo ou termo de cooperação técnica do Manual de Padronização de Textos do STJ fica atualizada na forma do Anexo II desta instrução normativa.

Art. 3º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ

ANEXO I

(Art. 1º da Instrução Normativa STJ/GP n. 9 de 1º de agosto de 2017)

3.6 Lista de símbolos usuais

3.6.1 Ângulo plano

° – grau	” – segundo
’ – minuto	

3.6.2 Área

a – are	km ² – quilômetro quadrado
ha – hectare	m ² – metro quadrado

3.6.3 Comprimento

cm – centímetro	km – quilômetro
dam – decâmetro	m – metro
dm – decímetro	mm – milímetro
hm – hectômetro	Mm – miriâmetro

3.6.4 Dados digitais

b – bite	KB – <i>kilobyte</i>
B – <i>byte</i>	Mb – megabite
GB – <i>gigabyte</i>	MB – <i>megabyte</i>
Kb – quilobite	

3.6.5 Energia

J – Joule	kT – quiloton
kcal – quilocaloria	kWh – quilowatt-hora
keV – quiloelétron-volt	MeV – megaelétron-volt
kJ – quilojoule	

3.6.6 Fluxo magnético

G – Gauss	T – Tesla
Mx – Maxwell	Wb – Weber

3.6.7 Fluxo de massa

kg/s – quilograma por segundo

3.6.8 Força

kgf – quilograma-força	N – Newton
------------------------	------------

3.6.9 Frequência

Hz – hertz	kHz – quilo-hertz
kc – quilociclo	MHz – mega-hertz

3.6.10 Intensidade de corrente

A – ampere	mA – miliampere
kA – quiloampere	

3.6.11 Massa

cg – centigrama	kg – quilograma
dg – decigrama	mg – miligrama
g – grama	t – tonelada

3.6.12 Nível de potência

B – bel	dB – decibel
---------	--------------

3.6.13 Potência

cv – cavalo-vapor	VAr – volt-ampere reativo
kVAr – quilovolt-ampere reativo	W – watt
kW – quilowatt	

3.6.14 Pressão

kb – quilobar	mmHg – milímetro de mercúrio
mb – milibar	N/m ² – Newton por metro quadrado

3.6.15 Quantidade de eletricidade

C – coulomb	kC – quilocoulomb
-------------	-------------------

3.6.16 Temperatura *celsius*

°C – grau <i>Celsius</i>

3.6.17 Tempo

d – dia	min – minuto
h – hora	s – segundo

3.6.18 Tensão elétrica

V – volt	kV – quilovolt
----------	----------------

3.6.19 Vazão

m ³ /s – metro cúbico por segundo
--

3.6.20 Velocidade

km/h – quilômetro por hora	m/s – metro por segundo
----------------------------	-------------------------

3.6.21 Volume

cm ³ – centímetro cúbico	l – litro
dm ³ – decímetro cúbico	m ³ – metro cúbico
hl – hectolitro	ml – mililitro
kl – quilolitro	

ANEXO II

(Art. 2º da Instrução Normativa STJ/GP n. 9 de 1º de agosto de 2017)

ACORDO OU TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

É feito entre o Superior Tribunal de Justiça e outros órgãos ou entidades pertencentes à administração pública federal, a fim de desenvolver atividade em regime de colaboração mútua, sem envolvimento de recursos. Caso, durante a execução do instrumento, haja necessidade de transferência de recursos financeiros, deve ser firmado convênio.

OBSERVAÇÃO

Não se deve confundir o acordo ou termo de cooperação técnica com o **termo de execução descentralizada**, que, segundo o Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, é o "instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática (*Redação dada pelo Decreto n. 8.180, de 2013*)".

Elementos

Timbre

O brasão e a identificação do órgão (papel timbrado oficial do Tribunal).

Identificação do documento

Consiste no nome do documento por extenso, seguido das siglas dos órgãos ou entidades partícipes, do número e do ano de expedição (separados por barra), tudo em negrito e caixa-alta, devendo ser centralizada no texto e encerrada por ponto.

Ementa

Texto recuado, iniciado no centro da página e justificado. Resume o assunto tratado no documento. Geralmente começa da seguinte maneira: “Acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Superior Tribunal de Justiça – STJ e o (nome do outro órgão ou entidade e sigla), para.../com o objetivo de...”.

Preâmbulo

É constituído pelo nome dos órgãos ou entidades partícipes, em caixa-alta e negrito, seguido de endereço e CNPJ, do nome dos representantes (só iniciais maiúsculas), devidamente identificados, das palavras “**RESOLVEM** firmar este **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**” e do embasamento legal, tudo no mesmo parágrafo. Caso haja *considerandos* (que trazem o embasamento legal), as palavras mencionadas ficam em parágrafo após o último deles, como no segundo modelo.

Texto

É composto de cláusulas (caixa-alta, com numerais ordinais por extenso), divididas em incisos, que são, por sua vez, subdivididos em alíneas (letras minúsculas seguidas de parêntese).

Cada cláusula trata do assunto específico do acordo (da mesma maneira que os artigos dos atos normativos). A cláusula primeira define o objeto. A segunda trata dos objetivos. As demais detalham, além dos elementos próprios do acordo, as obrigações dos partícipes, a forma de execução e de fiscalização, a vigência e o foro competente para dirimir eventuais questões controversas.

Caso haja disposição acessória (complementação, restrição ou especificação da ideia exposta na cláusula), deve-se abrir parágrafo e seguir as regras da técnica legislativa, isto é, utiliza-se o símbolo §, seguido do numeral ordinal até o nove; a partir do dez, usa-se o

número cardinal, seguido de ponto. Se for apenas um parágrafo, utiliza-se a expressão *parágrafo único*. (V. *Parte II, Legislação*, pp. 138-141.)

Extrato do acordo deverá ser publicado no Diário Oficial da União ou no Diário da Justiça eletrônico, dependendo do caso.

Local e data

Escritos abaixo do texto (local e mês por extenso), centralizados e encerrados por ponto.

Assinatura

Última parte do documento. Consiste na assinatura, no nome (caixa-alta) e no cargo dos representantes das entidades ou órgãos partícipes (somente iniciais maiúsculas), tudo centralizado no texto.

Leiaute

Ver modelos.

OBSERVAÇÃO

Para os textos gerados no SEI, há formulários próprios no sistema.

2cm		3cm		2cm
			DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DOS PARTICIPES	
B		2.5cm	<p>CLÁUSULA QUARTA – São obrigações do STJ:</p> <p>I - disponibilizar o acesso e a operacionalização para consultas ao _____;</p> <p>II - fornecer as informações necessárias a _____;</p> <p>III - informar, se for relevante, qualquer alteração de acesso ou de utilização que afete a execução deste acordo;</p> <p>IV - promover treinamento sobre a utilização e segurança das informações armazenadas no sistema;</p> <p>V - fornecer, quando solicitada, a relação dos usuários com acesso ao sistema.</p> <p>CLÁUSULA QUINTA – São obrigações do (sigla do outro órgão):</p> <p>I - informar os seguintes dados do órgão:</p> <p>a) endereço;</p> <p>b) telefone;</p> <p>c) e-mail;</p> <p>d) nome do responsável.</p> <p>II - indicar um servidor, através de ofício ao STJ, para ser usuário máster, informando seus dados pessoais;</p> <p>III - noticiar, também mediante ofício, eventual substituição do detentor da senha máster;</p> <p>IV - fazer o cadastramento de seus profissionais para consulta ao sistema;</p> <p>V - zelar pelo sigilo das informações, responsabilizando-se por seu uso adequado, bem como pela utilização indevida do sistema e das senhas;</p> <p>VI - arcar com as despesas referentes ao treinamento de seus profissionais.</p>	
B			DA EXECUÇÃO	
B			<p>CLÁUSULA SEXTA – Para atingir os objetivos deste acordo, ficam estabelecidas as seguintes fases:</p> <p>I - definição dos recursos tecnológicos necessários à execução do objeto, a fim de garantir a segurança e o sigilo das informações;</p> <p>II - identificação e cadastramento do detentor da senha máster;</p> <p>III - cadastramento, pelo usuário máster, dos demais membros que terão acesso ao sistema;</p> <p>IV - acesso on-line recíproco aos bancos de dados das partes mediante a habilitação de servidores, observadas as normas relativas à segurança das informações.</p>	
B			DA FISCALIZAÇÃO	
B			<p>CLÁUSULA SÉTIMA – A execução deste instrumento será supervisionada por representantes dos órgãos acordantes especialmente designados, que responderão por sua gestão.</p>	
B			DOS RECURSOS FINANCEIROS	
B			<p>CLÁUSULA OITAVA – As despesas resultantes do planejamento e da execução deste acordo correrão por conta das dotações orçamentárias dos participantes, em conformidade com as responsabilidades assumidas aqui e em eventuais termos aditivos.</p> <p>Parágrafo único. Quando as ações decorrentes deste instrumento envolverem a transferência de recursos financeiros entre as partes, isso se fará através de convênio específico.</p>	
B			DA VIGÊNCIA	
B				
2cm				

Dois espaços simples

2cm	3cm	2,5cm	2cm
		CLÁUSULA NONA – Este acordo de cooperação técnica vigorará por 60 meses, contados da data da publicação de seu extrato no Diário _____, podendo ser renovado caso haja manifesto interesse das partes.	
B		DA ALTERAÇÃO	
B		CLÁUSULA DÉCIMA – Mediante termo aditivo, este acordo poderá ser alterado conforme o art. ____ da Lei n. ____/(ano), desde que haja manifesto interesse dos partícipes.	
B		DA RESCISÃO	
B		CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Por mútuo consentimento dos partícipes ou por iniciativa de um deles, este acordo poderá ser denunciado mediante aviso prévio formal, com a antecedência mínima de 60 dias. Parágrafo único. Poderá ocorrer rescisão automática se houver motivo de caso fortuito ou de força maior ou impedimento legal que o torne inexecutível, ou se _____, sem que seja devida indenização.	
B		DA PUBLICAÇÃO	
B		CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O Superior Tribunal de Justiça publicará o extrato deste acordo no Diário _____, conforme os arts. ____ e ____ da Lei n. ____/(ano).	
B		DOS CASOS OMISSOS	
B		CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os casos omissos serão resolvidos pelos partícipes em comum acordo.	
B		DO FORO	
B		CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o foro de Brasília – DF para dirimir as questões decorrentes da execução deste acordo, renunciando os partícipes, desde já, a qualquer outro. Por estarem de pleno acordo, assinam as partes este instrumento em três vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.	
B		Brasília, (data com mês por extenso).	
C		(assinatura) Ministro (nome em caixa-alta) Presidente do Superior Tribunal de Justiça	
C		(assinatura) Desembargador (nome da outra autoridade em caixa-alta) (cargo só com iniciais maiúsculas)	
2cm			

Dois espaços simples

Espaços simples suficientes para que a assinatura não fique colada ao texto

Corpo do texto:
Entrelinhamento simples

2cm	3cm		2cm
		SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
		Secretaria de _____	
Dois espaços simples	B		
	B	EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	
		Processo STJ n. ____/____(ano). Acordo de Cooperação Técnica STJ/(sigla do outro órgão) n. ____/____(ano). PARTICIPES: Superior Tribunal de Justiça e _____. OBJETO: Implementação e manutenção do _____. FUNDAMENTO LEGAL: _____. VIGÊNCIA: 60 meses a partir da data da publicação: ____/____/____. SIGNATÁRIOS: Ministro (nome só com iniciais maiúsculas), Presidente do STJ, e Desembargador (nome e cargo só com iniciais maiúsculas).	
2cm			